



PERFIL DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

PROFILE OF SOCIOLOGY PROFESSORS AT FEDERAL INSTITUTES IN RIO GRANDE DO SUL

ARTIGO

Roberta dos Reis Neuhold¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
E-mail: roberta.neuhold@alumni.usp.br

Lucas Ângelo de Fraga Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
E-mail: lucasangelodefragaoliveira.rs@gmail.com

RESUMO:

A Sociologia tornou-se disciplina de oferta obrigatória em todos os anos do ensino médio em 2008. No mesmo ano, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa convergência histórica entre o estatuto da Sociologia como disciplina escolar e a criação dos Institutos Federais foi investigada neste estudo de enfoque quantitativo e caráter descritivo que recorreu a três fontes públicas para traçar o perfil acadêmico dos docentes: as páginas eletrônicas de cada campus, a Plataforma Lattes e o Portal Integra. Outras duas fontes complementares – o Censo Escolar e a Plataforma Nilo Peçanha – permitiram acompanhar o Indicador de Adequação da Formação Docente, do Ministério da Educação, em âmbito nacional e estadual, bem como caracterizar os Institutos Federais. Focada no Estado do Rio Grande do Sul, a pesquisa abarcou os Institutos Federais Farroupilha (IFFar), Sul-rio-grandense (IFSul) e do Rio Grande do Sul (IFRS). O estudo resultou em um banco de dados com a trajetória acadêmica de 65 professores de Sociologia, distribuídos por 42 *campi* do IFSul, do IFRS e do IFFar. A hipótese inicial, de que os Institutos Federais seriam compostos predominantemente por professores-pesquisadores graduados em Ciências Sociais, foi confirmada. Enquanto a média estadual no Indicador de Adequação da Formação Docente não ultrapassa 20%, nos Institutos Federais corresponde a 95,4% entre os professores efetivos. Além disso, a titulação máxima de 67,7% desses docentes é de doutorado e de 30,8%, mestrado.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia; Adequação da formação docente; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino médio integrado com o técnico; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT:

Sociology became a compulsory subject in all years of high school in 2008. In the same year, the Federal Institutes of Education, Science, and Technology were created. This historical convergence between the status of Sociology as a school subject and the creation of the Federal Institutes was investigated in this study, which has a quantitative approach and descriptive nature, using three public sources to outline the academic profile of the faculty: the websites of each campus, the Lattes Platform, and the Integra Portal. Two additional sources — the School Census and the Nilo Peçanha Platform — allowed us to track the Teacher Training Adequacy Indicator, from the Ministry of Education, at both national and state levels, as well as to characterize the Federal Institutes. Focused on the state of Rio Grande do Sul, the research covered the Farroupilha Federal Institute (IFFar), the Sul-rio-grandense Federal Institute (IFSul), and the Rio Grande do Sul Federal Institute (IFRS). The study resulted in a database documenting the academic trajectory of 65 Sociology professors, distributed across 42 campuses of IFSul, IFRS, and IFFar. The initial hypothesis, that the Federal Institutes would be predominantly composed of professor-researchers with degrees in Social Sciences, was confirmed. While the state average for the Teacher Training Adequacy Indicator does not exceed 20%, in the Federal Institutes, it corresponds to 95.4% among tenured professors. Additionally, 67.7% of these faculty members hold a doctoral degree, and 30.8% hold a master's degree.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br

Keywords: Sociology Teaching; Adequacy of Teacher Training; Federal Institute of Education, Science, and Technology; Integrated Technical High School Education; Rio Grande do Sul.



1 INTRODUÇÃO

Depois de longa trajetória de intermitência na educação básica (Moraes, 2003; Neuhold, 2023) e de uma campanha nacional de quase uma década em prol da obrigatoriedade do seu ensino (Moraes, 2011), em 2008, a Sociologia passou a compor a matriz curricular das escolas brasileiras, públicas e privadas, em todos os anos do ensino médio. À época, a lei nº. 11.684, de 2 de junho, alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), para alçar a Sociologia a disciplina obrigatória do ensino médio. Aquela mudança foi acompanhada por uma série de políticas públicas (Brasil, 2012; Moraes, 2010; Oliveira, 2015; Oliveira, Barbosa, 2013; Santos, 2017), de esforços de sociedades científicas e do meio acadêmico (Neuhold, 2014, 2023; Oliveira, 2023) que facilitariam a consolidação da Sociologia como disciplina escolar.

Naquele mesmo ano de 2008, a lei nº. 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, vinculados a ela, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Pacheco, 2011). O processo também esteve imerso em debates e conflitos (Frigotto, 2018; Frigotto, Ciavatta, Ramos, 2005), mas o que interessa particularmente a este trabalho é a nova institucionalidade formada. A criação dos Institutos Federais envolveu a diversificação da oferta educacional dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), incluindo cursos técnicos de nível médio e cursos de educação superior em nível de graduação e pós-graduação. Além disso, finalidades e objetivos institucionais ampliaram-se, integrando ensino, pesquisa e extensão com o desenvolvimento regional (Pozzer, Neuhold, 2024). A formação de professores também ganhou centralidade, com 20% de suas vagas sendo, preferencialmente, destinadas para tal, em um ambiente ímpar que dissolve fronteiras entre espaço escolar, o ambiente acadêmico e a profissão (Neuhold, Pozzer, 2024). Com uma estrutura multicampi, os Institutos Federais chegaram ao ano de 2023 com 603 unidades espalhadas por todos os Estados brasileiros, incluindo pequenos e médios municípios, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

O presente estudo se reporta justamente à convergência histórica entre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio e a criação dos Institutos Federais para investigar o perfil dos professores que respondem por esse componente curricular. A hipótese central era a de que essa confluência teria permitido que os Institutos Federais reunissem predominantemente professores-pesquisadores com formação em Ciências Sociais, alçando-os a um espaço ímpar para as práticas de ensino na área, a produção de conhecimento e a formação de professores. Seria um contrataste ao cenário nacional, no qual a Sociologia vem apresentando o pior desempenho no indicador de adequação da formação docente (Brasil, 2014).

Cabe pontuar que um dos aspectos sublinhados nos debates sobre a qualidade da educação diz respeito à formação inicial dos professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) define que a formação de docentes para atuar na educação básica, já na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, deverá ser, no mínimo, de licenciatura plena. O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), por sua vez, prevê, entre suas metas, que “[...] todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Daí a relevância de produzir diagnósticos que contribuam para monitorar a situação das docências.

Este estudo faz parte de uma pesquisa de maior abrangência que compilou dados sobre os professores dos 38 Institutos Federais do Brasil. Aqui, porém, direciona a atenção para o Estado do Rio Grande do Sul, reunindo informações sobre os professores de Sociologia dos três ali presentes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

O artigo divide-se em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais, às quais se somam a metodologia e a apresentação e discussão dos resultados.

2 METODOLOGIA

Para delinear o perfil das(os) professoras(es) que lecionam Sociologia nos Institutos Federais localizados no Estado do Rio Grande do Sul, este estudo recorreu a três fontes públicas prioritárias e a duas outras auxiliares.

A primeira foi a página eletrônica dos *campi* do IFFar, IFRS e IFSul. O intuito era identificar o nome de cada docente responsável pela disciplina, dado público que consta em parte das páginas eletrônicas. Na ausência do dado, consultou outros documentos, tais como projetos pedagógicos de curso, matrizes curriculares e planos de trabalho. As páginas eletrônicas dos *campi* também subsidiaram a breve reconstituição histórica dos Institutos Federais investigados, apresentada no início da próxima seção.

A segunda fonte de pesquisa foi a Plataforma Lattes, sistema *web* de armazenamento de dados acadêmicos mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No interior da Plataforma Lattes, dados sobre a formação acadêmica de cada docente, incluindo área e instituição, da graduação à pós-graduação, foram extraídas do Currículo Lattes, registro criado e atualizado por pesquisadoras e pesquisadores com informações detalhadas sobre suas trajetórias acadêmicas e científicas. Esse primeiro levantamento aconteceu no ano de 2021.

Em 2024, os dados foram completados e atualizados, fazendo uso de uma terceira fonte: o Integra, portal de inovação desenvolvido pelo IFRS com o propósito de “[...] estimular a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em parceria com organizações públicas e privadas para atender às demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais” (Integra IFRS, [2024]). O Integra recupera informações do Currículo Lattes, com a vantagem de facilitar a busca por palavras-chave. O portal é utilizado por diferentes instituições, dentre as quais os três Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul.

Por fim, os microdados do Censo Escolar de 2023 possibilitaram sistematizar o indicador de adequação da formação docente, comparando o desempenho do Estado com o de cada município que abriga *campi* dos Institutos Federais. A ele somou-se a Plataforma Nilo Peçanha, que compila dados gerais a respeito dos Institutos Federais. Ambas as fontes são ligadas ao Ministério da Educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autarquias federais regimentadas pelo Ministério da Educação, os Institutos Federais dispõem de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, disciplinar e didático-pedagógica (Brasil, 2008), possuindo reitorias e pró-reitorias próprias. Sua criação foi viabilizada pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (Brasil, 2005), com fases demarcadas: a primeira fase de expansão, anterior à própria lei de criação dessa institucionalidade, desdobrou-se entre 2005 e 2006; a segunda cobriu os anos de 2007 e 2010; e a terceira, de 2011 a 2014.

São três os Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul.

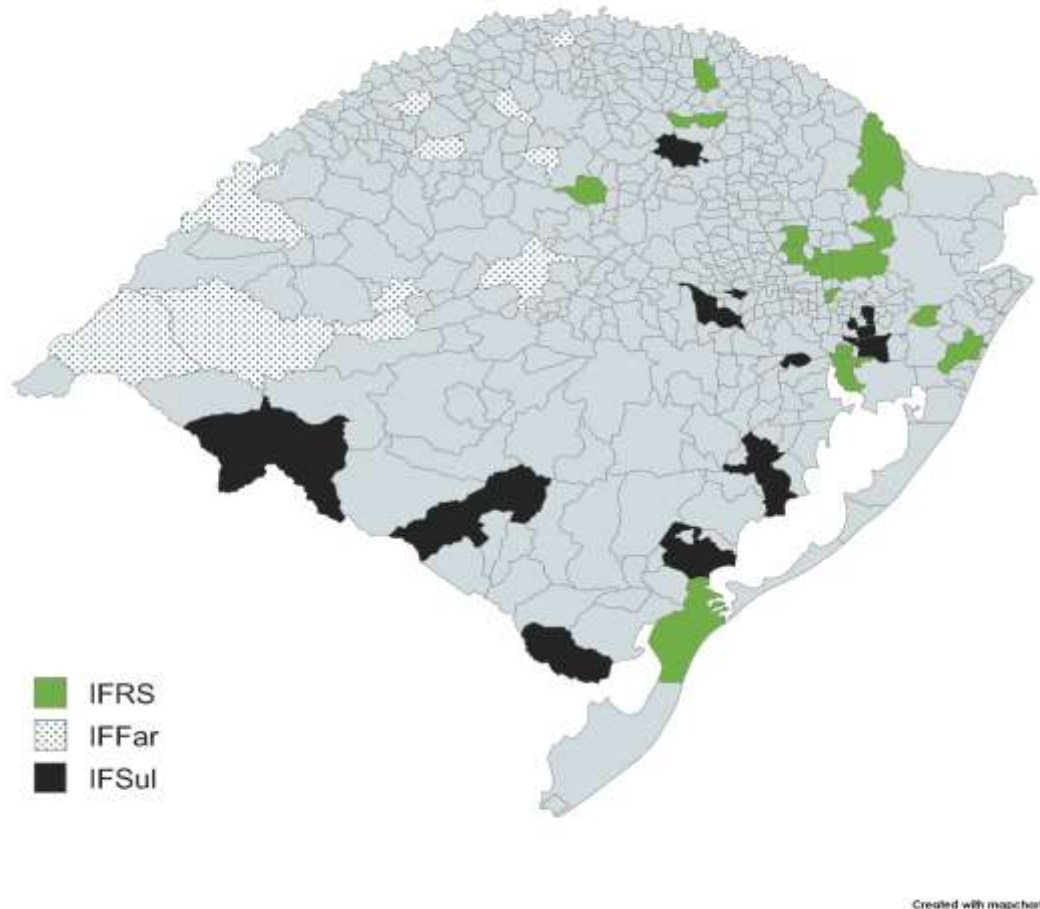
O Instituto Federal Farroupilha, conhecido pela sigla IFFar, é formado por 11 *campi*. Suas origens remetem à integração, na primeira fase da expansão, de escolas agrotécnicas pré-existentes, localizadas nos municípios de Alegrete e de São Vicente do Sul, ambas datadas de 1957, e Santo Augusto e Júlio de Castilhos, de 2008. A segunda fase da expansão contemplou a criação de três novos *campi* em Panambi, Santa Rosa e São Borja. Já na terceira fase, foram construídos os *campi* de Santo Ângelo e Jaguari, implantado o Campus Avançado de Uruguaiana e incorporado o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, até então ligado à Universidade de Santa Maria (UFSM).

Por seu turno, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul ou IFRS constituiu-se a partir da junção de autarquias federais consolidadas, como o Cefet Bento Gonçalves, de 1917, e a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, de 1957. A elas se somaram a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 1909, e o Colégio Técnico Industrial, de 1964, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Os *campi* Farroupilha, Feliz e Ibirubá se formaram a partir, respectivamente, da federalização da Escola Técnica de Farroupilha, ligada à Universidade de Caxias do Sul; da Fundação Educacional Vale do Caí, entidade privada sem fins lucrativos; e da Escola Técnica do Alto Jacuí, instituição pública municipal. Por fim, foram criados novos *campi*: a primeira fase da expansão deu origem ao *campus* Erechim e Vacaria; a segunda, Canoas, Caxias do Sul, Osório e Restinga; e a terceira, ao *campus* Rolante e Alvorada.

Por fim, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) remonta à reunião do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça vinculado à UFPel, datado de 1923, do Cefet Pelotas, de 1943 e da unidade de ensino descentralizada de Sapucaia do Sul, de 1996. Ao longo da primeira fase da expansão da Rede Federal, foram criados os *campi* Charqueadas e Passo Fundo, na segunda, Camaquã, Venâncio Aires, Bagé e Santana do Livramento, e, na terceira, Sapiranga, Lajeado, Jaguarão, Novo Hamburgo e Gravataí.

A Figura 1 ilustra a dispersa distribuição territorial dos três Institutos Federais, que se agrupam mais por questões históricas do que, propriamente, por proximidade geográfica.

Figura 1 – Distribuição territorial dos *campi* do IFFar, IFRS e IFSul – Rio Grande do Sul, 2023



Fonte: Elaborado pelos autores

Em 2023, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos 42 *campi*¹ vinculados aos três Institutos Federais, 41 ofertavam ensino médio, os quais interessam particularmente a esta investigação por, idealmente, terem a Sociologia na matriz curricular. A exceção reside no Campus Porto Alegre do IFRS que, com três professores de Sociologia, não oferta o ensino médio integrado com o técnico, ainda que tenha cursos subsequentes ao ensino médio e de educação superior². Em 2023, esses 41 *campi* registravam 19.647 matrículas no ensino médio integrado, sendo 4.788 no IFFar, 6.376 no IFRS e 8.483 no IFSul.

¹ Excluímos um centro de referência localizado em Pelotas, ligado ao Campus Pelotas do IFSUL, que computa 27 matrículas nesse nível de ensino.

² Ainda que não mantenha o ensino médio integrado com o médio, os professores de Sociologia foram incluídos nos dados compilados neste estudo, visto que o campus oferta educação básica e profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

No total, foram identificados 65 professores de Sociologia efetivos, distribuídos por 41 *campi*, conforme Tabela 1³. A maior parte desses *campi* tem entre um e dois professores efetivos, havendo ainda três *campi* com três docentes e, excepcionalmente, o *campus* de Pelotas, com seis (Tabela 1). Há relativa paridade numérica entre tais professores e professoras: levando-se em conta apenas a declaração nominal do cartório, esses últimos somam 33 professores, frente a 32 professoras.

Tabela 1 – Quantidade de docentes de Sociologia por campi dos Institutos Federais – Rio Grande do Sul, 2024

Instituto Federal	Campus	N. docentes efetivos de Sociologia
IFFar	Alegrete	1
	Frederico Westphalen	1
	Jaguari	1
	Júlio de Castilhos	1
	Panambi	1
	Santa Rosa	2
	Santo Angelo	2
	Santo Augusto	2
	São Borja	1
	São Vicente do Sul	2
	Uruguaiana	1
IFSul	Bagé	1
	Camaquão	1
	Charqueadas	2
	Gravataí	1
	Jaguarão	1
	Lajeado	1
	Novo Hamburgo	1
	Passo Fundo	1
	Pelotas	6
	Pelotas (Visconde da Graça)	3
	Santana do Livramento	0
	Sapiranga	1
	Sapucaia	3
	Venâncio Aires	1
IFRS	Alvorada	1
	Bento Gonçalves	3
	Canoas	1
	Caxias do Sul	2
	Erechim	1
	Farroupilha	1
	Feliz	1
	Ibirubá	1
	Osório	2
	Porto Alegre	2
	Restinga	2
	Rio Grande	2
	Rolante	2
	Sertão	2
	Vacaria	1
Veranópolis	1	
Viamão	2	
Total		65

Fonte: Elaborado pelos autores.

³ Apenas no Campus Santana do Livramento não foi identificado docente da área.

Em relação à formação inicial, 62 dos 65 professores são graduados em Ciências Sociais⁴, o que corresponde a 95,4% do total. Isso quer dizer que apenas três professores não têm formação inicial especificamente em Ciências Sociais, sendo dois deles graduados em Filosofia (pela Unioeste e PUCRS) e pós-graduados em Educação, no mestrado e no doutorado; e um em História (UFRGS), da licenciatura ao doutorado.

Do grupo de 65 docentes de Sociologia, 81,5% graduaram-se em universidades públicas, percentual que se eleva para 82,3% quando considerados apenas aqueles com bacharelado e/ou licenciatura em Ciências Sociais. Formaram-se em 17 instituições de ensino superior diferentes, sendo 12 públicas distribuídas entre a região sul (UFRGS, UFPel e UFSM, no Rio Grande do Sul; UFSC, em Santa Catarina; e UEL e Unioeste, no Paraná), sudeste (UFES, no Espírito Santo, USP, em São Paulo, e UFJF, em Minas Gerais), centro-oeste (UnB, no Distrito Federal) e nordeste (UFBA, na Bahia). Entre as instituições privadas, quatro são do Rio Grande do Sul (PUCRS, Ulbra, Unisinos e Unijui) e uma delas, conhecida predominantemente por ofertar cursos na modalidade a distância, tem sede em Santa Catarina (Uniasselvi).

A despeito da diversidade, a maior parte dos docentes é egressa de instituições de ensino superior localizadas no Rio Grande do Sul, com destaque para a UFRGS e a UFPel que, juntas, responderam pela formação inicial de 58,5% dos professores efetivos dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul (Tabela 2). Quando consideradas as demais instituições localizadas no Estado, esse percentual sobe para 86,2%, ou seja, dos 65 docentes efetivos de Sociologia dos três Institutos Federais, 56 concluíram a graduação no próprio Estado.

Tabela 2 – Formação inicial (licenciatura e/ou bacharelado) dos professores efetivos de Sociologia dos Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul

Instituição	Tipo	Professores n. (%)	UF	Região
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pública	25	RS	Sul
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Pública	13	RS	Sul
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Pública	7	RS	Sul
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Privada	3	RS	Sul
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	Privada	3	RS	Sul
Universidade Regional do Oeste do Rio Grande do Sul (Unijui)	Privada	2	RS	Sul
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Privada	2	RS	Sul
Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi)	Privada	1	SC	Sul
Universidade de Brasília (UNB)	Pública	1	DF	Centro-Oeste
Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste)	Pública	1	PR	Sul
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Pública	1	PR	Sul

⁴ Incluímos um docente formado em Ciências Políticas e Sociais pelo Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, UNICS, Brasil.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pública	1	BA	Nordeste
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pública	1	MG	Sudeste
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pública	1	SC	Sul
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Pública	1	ES	Sudeste
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública	1	RJ	Sudeste
Universidade de São Paulo (USP)	Pública	1	SP	Sudeste
Total		65		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à continuidade dos estudos na pós-graduação, apenas um dos 65 docentes de Sociologia não seguiu para o mestrado, ou seja, 98,5% do grupo é mestre. Já a titulação de doutorado alcança 67,7% dos professores, aos quais se somam sete doutorandos (10,6%) na data do levantamento. Apenas 14 docentes, ou menos de um quarto do total, não possui o título de doutorado ou não mantém vínculo com programas de doutoramento.

Quanto à instituição de conclusão da pós-graduação, permanece a tendência de serem predominantemente públicas, correspondendo a 92,2% entre os 64 mestres e 81,8% dos 44 doutores.

Tabela 3 – Titulação em nível de pós-graduação dos professores efetivos de Sociologia dos Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul

Instituição	Tipo	Mestrado	Doutorado	UF
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pública	25	22	RS
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Pública	14	6	RS
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Pública	10	2	RS
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Privada	3	4	RS
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Privada		1	SP
Universidade Regional do Oeste do Rio Grande do Sul (Unijui)	Privada	2	1	RS
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Privada		3	RS
Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste)	Pública	2		PR
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pública	2	1	SC
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pública	1		BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública		2	RJ

Universidade de São Paulo (USP)	Pública	1	1	SP
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Pública	1		SP
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Pública	1		RJ
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pública		1	PB
Universidade de Passo Fundo (UPF)	Privada	1		RS
Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)	Privada	1		RS
Total		64	44	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os 64 mestres, 63,1% desenvolveram suas pesquisas em mestrados acadêmicos da área das Ciências Sociais, em programas de pós-graduação em Ciências Sociais (17), Sociologia (15, incluindo um programa em Sociologia e Direito e outro em Sociologia Política), Ciência Política (3) e Antropologia (3). Também é expressiva a participação dos programas de pós-graduação em Educação, que formaram 23,1% (15) docentes no âmbito do mestrado. Há ainda outros programas em áreas diversificadas das Ciências Humanas (um em História e um em Geografia), na Filosofia, na Letras e nas Ciências Sociais Aplicadas (um em Administração, em Desenvolvimento Rural, Extensão Rural, Integração da América Latina e Serviço Social).

No escopo do doutorado, o percurso em programas de pós-graduação em Educação se eleva para 24% dos 44 doutores. Predomina, todavia, a formação na área de Ciências Sociais, abrangendo 57,7% de doutores distribuídos em programas de pós-graduação em Sociologia (16, incluindo dois casos em programas nomeados “Sociologia e Antropologia”), Antropologia (4), Ciências Sociais (4) e Ciência Política (1). Outros programas incidentes no levantamento foram: Letras, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento de Políticas Públicas e Engenharia.

Cabe mencionar que o vínculo dos professores-pesquisadores dos Institutos Federais com programas de pós-graduação em Educação acompanha uma tendência da produção acadêmica na área, especialmente entre aqueles pesquisadores que vêm se dedicando ao estudo do ensino das Ciências Sociais na educação básica (Bodart, Cigales, 2017; Handfas, 2017; Neuhold, 2014).

Também chama a atenção o fato de a maior parte dos egressos de instituições privadas na formação inicial terem seguido seus estudos na pós-graduação nas universidades públicas. Foi o caso de 8 dos 11 docentes formados nas instituições privadas.

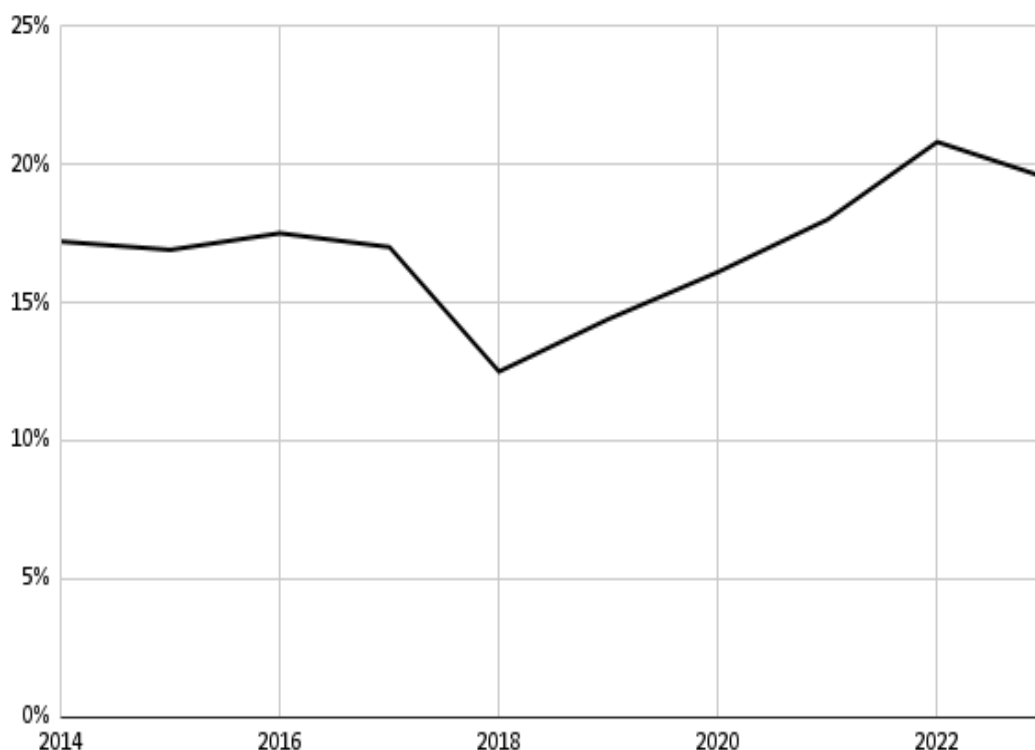
Diante dessas informações, é possível tecer algumas considerações sobre o perfil dos professores de Sociologia que atuam nos Institutos Federais, ainda que circunscritos apenas ao Estado do Rio Grande do Sul. Elas evidenciam em que medida são instituições diversas das demais encontradas em âmbito local, regional e nacional. Vale pontuar que, se um dos desafios que acompanha a história da Sociologia enquanto componente curricular diz respeito justamente à formação docente, o quadro que se apresenta no âmbito dos Institutos Federais é um contraponto.

Entre as mudanças que acompanharam a presença obrigatória da Sociologia no currículo do ensino médio, encontra-se o aumento do número de licenciaturas em Ciências Sociais. De acordo com Oliveira (2015), havia 117 licenciaturas presenciais em Ciências Sociais no país em 2015 sendo que 43% foram criadas após 2008. Esse processo teve impacto na melhoria do indicador de Adequação da Formação Docente em Sociologia ao longo dos anos, ou seja, de professores que lecionam a disciplina e têm formação na área.

No caso do Rio Grande do Sul, todavia, as mudanças foram tímidas e estão aquém da média nacional, como evidenciado no Gráfico 1. O indicador de adequação da formação docente de Sociologia no Estado do Rio Grande do Sul, em 2023, era de 19,5%, o que significa que apenas esse percentual de professores que ministra Sociologia nas escolas são

licenciados em Ciências Sociais ou bacharéis em Ciências Sociais ou Antropologia, com complementação pedagógica⁵. No mesmo ano, a média nacional era de 36,9%.

Gráfico 1 – Variação do indicador de Adequação da Formação Docente em Sociologia – Rio Grande do Sul, 2014-2023

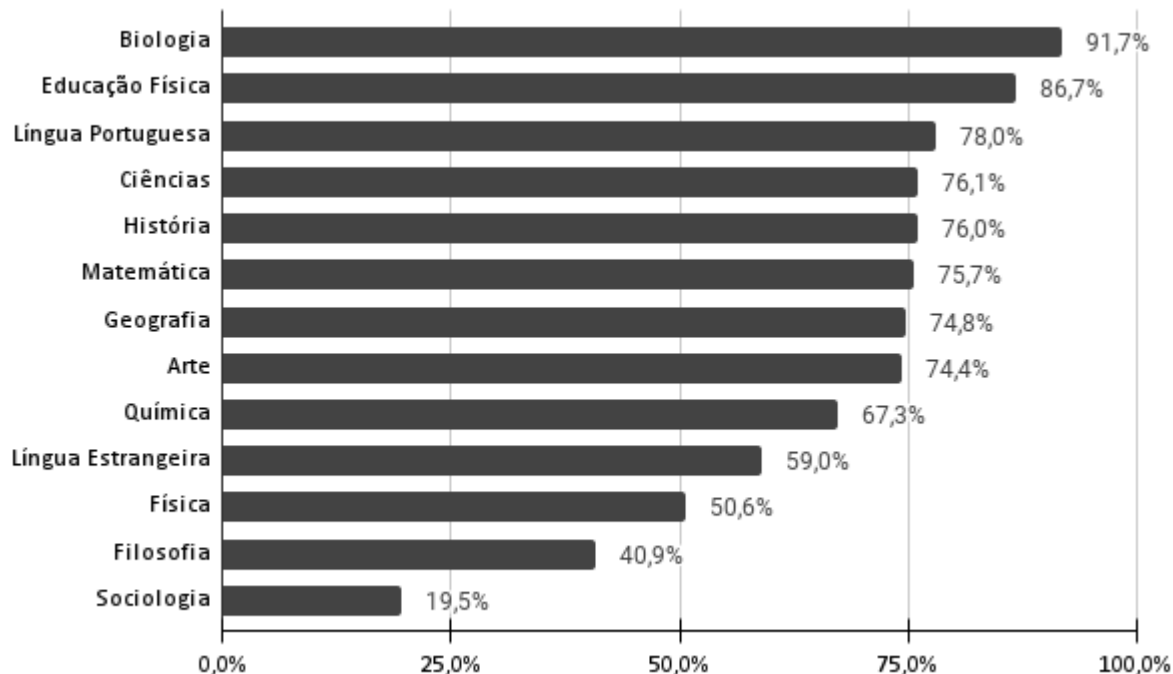


Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do Censo Escolar (Brasil, 2024).

O Gráfico 2 evidencia a disparidade da Sociologia diante dos demais componentes do ensino médio quando considerada a adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam. A Sociologia apresenta o desempenho mais baixo, com os já citados 19,5%. Para fins comparativos, cabe mencionar que a Filosofia, segundo componente curricular com mais baixo desempenho, tem 40,9% de seus docentes com licenciatura em Filosofia ou bacharelado com complementação pedagógica.

⁵ O indicador de Adequação da Formação Docente divide-se em cinco categorias, do Grupo 1 (cuja formação é a ideal) ao Grupo 5 (docentes sem formação em nível superior) (Brasil, 2014). Para fins de análise, este estudo trabalha com o Grupo 1 que, no caso da Sociologia, abarca licenciados em Ciências Sociais ou bacharéis em Ciências Sociais ou Antropologia, com complementação pedagógica.

Gráfico 2 – Indicador de Adequação da Formação Docente nas disciplinas do ensino médio – Rio Grande do Sul, 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do Censo Escolar (Brasil, 2024).

Antes da Sociologia tornar-se disciplina de oferta obrigatória, já se diagnosticava, no Rio Grande do Sul, que muitos professores licenciados em outras áreas que não as Ciências Sociais lecionavam Sociologia nas esparsas experiências sobre as quais havia informações. Tomando como referência o caso do Rio Grande do Sul, Luiza Helena Pereira (2011) mostrou que, nas escolas públicas do Estado, em 2005, apenas 15,5% dos professores de Sociologia eram formados em Ciências Sociais. Entre 2008 e 2009, esse número subiu para 26,5%. Sobre as condições institucionais e profissionais dos professores de Sociologia, diagnósticos como os de Pereira (2011) destacavam o agravante de os professores de Sociologia possuírem um número mínimo de aulas, para além da já denunciada “[...] sobrecarga de trabalho, muitas turmas, muitos alunos, os baixos salários e as precárias condições institucionais”.

Mocelin e Raizer (2014), por meio de enquetes, reuniram informações sobre 154 professores em atuação na rede estadual de educação básica do Rio Grande do Sul. A maior taxa de professores com graduação em Ciências Sociais (29,4%) concentrava-se entre os indivíduos na faixa etária entre 21 e 29 anos de idade (11% da amostra), convergindo com a obrigatoriedade legal, de 2008, da Sociologia. Outro fenômeno observado dizia respeito à habilitação diferente da área de atuação profissional: os professores graduados em outras áreas correspondiam a 31%, sendo egressos de cursos de História, Filosofia, Geografia, Pedagogia, Letras, Direito, Teologia e Psicologia. Já na outra vertente, os formados em Ciências Sociais acabavam responsáveis por outros componentes curriculares nas escolas, lecionando História (27%), Filosofia (10%), Geografia (6,5%) e Estudos Sociais (2%). Aqui é importante frisar que a maior parte desses professores entrevistados dedicavam-se a mais de uma docência que não a da Sociologia, o que corrobora o constante diagnóstico sobre a sobrecarga de trabalho dos professores.

Em contraste, nos Institutos Federais, o cenário que se formou foi o de um conjunto de professores-pesquisadores, pós-graduado em instituições conceituadas do país, no geral com sólida tradição de pesquisa. Esses professores possuem remuneração equiparada à dos professores das universidades federais, ministram aulas no ensino médio e na educação superior, além de se dedicarem à pesquisa e à extensão.

Vale citar que esse modelo que possibilita o trânsito entre diferentes níveis de ensino – da educação básica ao ensino superior, tanto dos estudantes que realizam os cursos quanto

dos docentes que atuam como professores – foi nomeado como "verticalização do ensino" e tornou-se um dos pilares da proposta político pedagógico dos Institutos Federais. Neuhold e Pozzer (2024) destacam dois aspectos da verticalização: (1) os itinerários formativos, que permitem aos estudantes transitarem entre diferentes níveis de ensino ao longo de sua trajetória acadêmica, elevando sua escolaridade, e (2) o trabalho pedagógico realizado pelos professores em diferentes níveis de ensino na mesma instituição. Nesse último aspecto, os autores identificam o potencial inovador dos Institutos Federais na formação inicial de professores, visto que se trata de uma estrutura física e institucional que constitui uma alternativa à tão debatida fragmentação dos cursos de licenciatura: a universidade – historicamente associada à formação de professores por pesquisadores (sem vínculo direto com a escola) – e a escola – na qual se desenrolam os processos educativos, mediados por profissionais que pouco ou nenhum tempo possuem para a dedicação à pesquisa.

Recuperando as contribuições de Nóvoa (2019), Neuhold e Pozzer (2024) apontam que a arquitetura institucional dos Institutos Federais é permeável à dissolução das fronteiras entre a formação docente, a saber, o ambiente acadêmico, o cotidiano escolar e a profissão. Isso porque a verticalização abre possibilidades para o compartilhamento de conhecimento e para o estabelecimento de parcerias entre o ambiente escolar, o campo universitário e a profissão docente, estabelecendo uma relação orgânica com os professores e a escola (Nóvoa 2019).

Esse contexto também se traduz no potencial dos Institutos Federais de abrigarem experiências inovadoras no ensino da Sociologia e na própria formação de professores, seja ela inicial ou continuada. Isso porque compõem um quadro inédito no ensino das Ciências Sociais por professores-pesquisadores, em quase sua totalidade formados na área das Ciências Sociais. Esses mesmos docentes formam professores no âmbito das licenciaturas (ainda que na maioria dos casos em outros cursos que não o de Ciências Sociais) e da pós-graduação lato e *stricto sensu*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem a este trabalho indagava qual teria sido o impacto da instituição da obrigatoriedade do ensino da Sociologia concomitantemente à formação dos Institutos Federais na formação de um quadro de professores envolvidos com o ensino de Sociologia na educação básica com licenciatura em Ciências Sociais. Objetivava, assim, reunir dados que caracterizassem o quadro docente da instituição, permitindo traçar o seu perfil no que diz respeito à formação inicial, titulação e instituições nas quais foram formados.

Os resultados confirmaram a hipótese inicial de que, no caso dos Institutos Federais, a adequação da formação docente é superior a 90%. Entre 65 professores de Sociologia mapeados e cuja formação inicial foi identificada, 95,4% possuem bacharelado ou licenciatura em Ciências Sociais. A esse dado se soma a alta qualificação do quadro docente, com titulação máxima de doutor entre 68,2% dos docentes e com doutorado como maior titulação, seguidos pelos demais, todos mestres, com exceção de um professor.

Pode-se sugerir que os Institutos Federais compõem um contexto bastante específico no cenário nacional e com potencial de análise para se investigar o ensino das Ciências Sociais, visto que congregam professores-pesquisadores com formação na área e que participam, possivelmente, da formação de professores nos cursos de licenciatura. Em um mesmo ambiente, esses professores lecionam na educação básica e formam (ou poderiam formar) professores. Tem-se, portanto, um cenário com grande potencial de produção do conhecimento e análise para se investigar o ensino de Sociologia, por especialistas na área, que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão, em uma rede de ensino que deve reunir, em âmbito nacional, mais de mil professores de Ciências Sociais.

APOIO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação*. Revista de Ciências Sociais: RCS, v. 48, n. 2, p. 256-281, 2017.
- BRASIL. *Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008*. Altera o artigo 36 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008a.
- BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b.
- 1.
 2. BRASIL. *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BRASIL. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Indicador de adequação da formação do docente da educação básica*. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais do Ministério da Educação, 21 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2024*. Brasília: MEC/INEP, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica*. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012, Sociologia*. Secretaria de Educação Básica, 2012.
- BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, 1087-1113, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017>
- HANDFAS, A. (2017). As pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica. In: SILVA, I. F. GONÇALVES, D. N. (Eds.), *Sociologia na educação básica*. São Paulo, SP: Annablume, 2017. p. 367-385.
- INTEGRA IFFAR. Integra: Portal da Inovação [2024]. Disponível em: <https://integra.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em: 29 set. 2024.
- INTEGRA IFRS. Integra: Portal da Inovação [2024]. Disponível em: <https://integra.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 29 set. 2024.
- INTEGRA IFSUL. Integra: Portal da Inovação [2024]. Disponível em: <https://integra.ifsul.edu.br/>. Acesso em: 29 set. 2024.
- MOCELIN, Daniel G.; RAIZER, Leandro. Ensino da sociologia no Rio Grande do Sul: histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. *Revista Brasileira de Sociologia*,

v. 2, n. 3, p. 101-127, 2014.

MORAES, Amaury C. (Coord.). *Sociologia: ensino médio. Coleção Explorando o Ensino*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MORAES, Amaury C. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Caderno Cedes*, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

MORAES, Amaury C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, 2003, p. 5-20. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100001>

NEUHOLD, Roberta R. A Sociologia como disciplina escolar no Brasil: uma leitura a partir das reformas educacionais. *Pedagogía y Saberes*, Bogotá, n. 59, p. 155-169, 2023 <https://doi.org/10.17227/pys.num59-17599>.

NEUHOLD, Roberta R. *Sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. <https://doi.org/10.11606/T.48.2014.tde-17112014-113744>

NEUHOLD, Roberta R.; POZZER, Márcio R. O. A tríade universidade, escola e profissão na formação docente: Considerações sobre a verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Portuguesa De Educação*, v. 37, n. 1, p. 1-25, 2024. <https://doi.org/10.21814/rpe.28819>

NÓVOA, Antonio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma S. L. Formação de professores em ciências sociais: desafios e possibilidades a partir do estágio e do PIBID. *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 13, p. 140-162, 2013. <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4169>

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. *O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 a 2017*. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 42–58, 2019. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. *O ensino de Sociologia em Debate: entrevista com Amaury Cesar Moraes*. *Revista Saberes em Perspectiva*, v. 4, n. 8, p. 257-271, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, set./dez. 2015.

PACHECO, Eliezer (Org). *Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio: propostas de diretrizes curriculares*. São Paulo: Moderna, 2011.

PEREIRA, Luiza Helena. A Sociologia no ensino médio: retratos do cotidiano, a escola, o professor e o aluno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2011.

POZZER, Marcio R. O.; NEUHOLD, Roberta R. R. O desenvolvimento regional como eixo estruturante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Prometeica - Revista de Filosofia e Ciências*, v. 29, p. 41–82, 2024. <https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.29.15280>

SANTOS, Mario Bispo. *O Pibid na área de ciências sociais: da formação do sociólogo à formação do professor de sociologia* Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

i Sobre os autores:

Roberta dos Reis Neuhold (<https://orcid.org/0000-0002-1094-2398>)

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil, com estágio na Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Sociologia (USP) e especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (Universidade Federal Fluminense). Graduada em Ciências Sociais (USP) e em Pedagogia (Universidade Federal de São Carlos). Professora e pesquisadora da área de Ciências Sociais e da Pós-graduação em Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.

Lucas Ângelo de Fraga Oliveira (<https://orcid.org/0009-0005-2320-9848>)

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente Mestrando em Antropologia Social pelo PPGAS (UFRGS).

Como citar este artigo:

NEUHOLD, Roberta dos Reis; OLIVEIRA, Lucas Ângelo de Fraga. O perfil dos professores de sociologia dos institutos federais do Rio Grande do Sul. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 1, p. 56-69, 32ª Edição (Especial), 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR